



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639142 - BA (2021/0004833-4)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : MARCELO SOUSA SILVA BRITO
ADVOGADO : MARCELO SOUSA SILVA BRITO - MG188709
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
PACIENTE : TIAGO SILVA DAS NEVES NOVAES (PRESO)
OUTRO NOME : TIAGO SILVA DAS NEVES NOVAIS (PRESO)
CORRÉU : WERCULIS SOUZA SANTOS
CORRÉU : LUCAS DARLAN DE SOUZA
CORRÉU : NAJLA FERREIRA DE SANTANA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de TIAGO SILVA DAS NEVES NOVAES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA (HC n. 8036010-91.2020.8.05.0000).

O paciente foi preso preventivamente em 25/6/2018, pela suposta prática do delito tipificado no art. 121 § 2º, I e IV, c/c art. 29, ambos do CP.

O impetrante sustenta a ocorrência de constrangimento ilegal em razão do excesso de prazo para a conclusão da instrução criminal, tendo em vista que o paciente está há quase 4 anos preso sem julgamento.

Alega incidência de nulidade absoluta uma, vez que o *parquet* apresentou alegações finais depois da defesa.

Requer, liminarmente, a revogação da prisão preventiva ou, subsidiariamente, imposição das medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que ratifique a medida liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente